



**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 31 (TRINTA E UM) DO MÊS DE OUTUBRO DE 2017 - DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, NA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E PESCA.**

Às 08:43 hs., conforme convocação do Presidente do Conselho Rodolpho Perissé, enviada por correio eletrônico no dia 30/10/17, reuniram-se os conselheiros titulares e suplentes cujas assinaturas constam da folha de presença em anexo na data e local acima indicado, para discutir as seguintes pautas do dia: 1) **Apresentação dos resultados da CT para o FMMA;** 2) **Definição de procedimentos para a elaboração do Plano Anual de Ações Ambientais da SECMAP, visando o orçamento para o exercício de 2018;** 3) **Esgoto na Marina - definição de ações contra a Prolagos;** 4) **Mangue de Pedra - caminhos para a preservação.**

**Tendo sido verificado quórum** – 09 (nove) de conselheiros presentes, conforme estipula o Art. 18 do Regimento Interno do CMMA; o Presidente deu início à reunião, com a conselheira Mônica Casarin Fernandes Elsen secretariando, com a leitura da ata anterior e sua aprovação e lembrando que a reunião ordinária do mês de outubro não havia sido realizada na data prevista por falta de quórum. Passou-se então para os itens da pauta. 1) **Apresentação dos resultados da CT para o FMMA** – o presidente explicou que a CT se reuniu a primeira vez, no dia 24 de setembro, com a presença dos conselheiros Mônica Casarin, Romero Medeiros e Rodolpho Perissé; com o objetivo de juntar informações e criar uma lista de ações e distribuição de responsabilidades, para tornar o Fundo Municipal de Meio Ambiente efetivo e operante. A segunda reunião, no dia 03 de outubro, contou com a presença de todos os inscritos na CT. Os conselheiros Cássio Cunha e Paulo Abranches, como secretários de governo, assumiram a responsabilidade de encaminhar os procedimentos dentro da Prefeitura, porém, até a presente data não tiveram resposta das seguintes demandas: 1 – Encaminhamento de ofício à **Câmara de Vereadores** para indicar um funcionário que fará parte da comissão gestora do FMMA; 2 – Publicações da Ata de eleição das entidades civis do CMMA e do Decreto do Regimento Interno do FMMA; 3 – Aprovação da procuradoria da **mudança das leis 428, 490** (compensatória por supressão de vegetação) e **548** (compensatória por esgoto). Diante da demora no encaminhamento das demandas, ficou decidido o secretário de Meio Ambiente, Cássio Cunha, iria levar pessoalmente o ofício à presidência da Câmara, e cobrar a publicação das atas e análise da mudança das leis. A conselheira Mônica Casarin lamentou que a ausência dos representantes da Procuradoria Municipal nas reuniões do conselho e pediu para que fossem indicados outros membros, devido a importância da participação desta entidade nas decisões do CMMA. A conselheira Denise Morand pediu para incluir nesta ata a **falação do conselheiro Humberto Alves** secretário de Desenvolvimento Urbano, na reunião ordinária de setembro de 2017; explicando que sua equipe fez um trabalho sobre a bacia hidrográfica de Tucuns e produziu um estudo preliminar com diretrizes sobre conservação, drenagem, paisagismo e ocupação, em local onde já existem 03 pedidos de empreendimentos, que estão sendo rechaçados, mas existe uma pressão para a ocupação, por isto, sugere a apresentação deste trabalho para os conselheiros, idéia que foi aprovada por todos. O conselheiro Hector lembrou que esta questão da pressão para ocupação é um problema em toda a cidade, citando como exemplo o



**PREFEITURA DA CIDADE DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E PESCA**  
**CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**

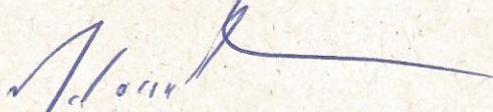
projeto do novo loteamento do ‘centro administrativo’ em São José, que permite lotes de 350 m<sup>2</sup> e o empreendimento Marina Porto Búzios, em área de interesse ambiental, com a criação de canais artificiais e alta taxa de ocupação. Sobre o loteamento em São José, Humberto disse que seria interessante mostrar aos conselheiros o projeto e EIA-RIMA feito. Denise Morand propôs então que se fizesse uma reunião pública somente com o tema loteamentos e condomínios, sugestão aprovada pelo secretário e pelos conselheiros. **2) Definição de procedimentos para a elaboração do Plano Anual de Ações Ambientais da SECMAP, visando o orçamento para o exercício de 2018** – O presidente lembrou que é importante a produção e aprovação do Plano Anual de Ações Ambientais (PAA) da Semap para 2018, visando inclusive a inclusão de proposta orçamentária para o ano que vem. O conselheiro Paulo Abranches disse que tanto a LOA quanto a PPA já foram enviadas à Câmara Municipal, mas que existe a possibilidade de mudança antes que ela seja votada, mas que teria que ser feito com urgência. A conselheira Mônica Casarin então propôs a criação de uma Câmara Técnica com o objetivo de produzir o PAA em 15 dias. Sugestão esta, aprovada unanimemente e formada por Aline Rezende, Denise Morand e os funcionários da Semap Campolina e Wallace. **3) Esgoto na Marina - definição de ações contra a Prolagos** - O secretário de Obras e Saneamento, Paulo Abranches, explicou novamente um pouco da história da formação da lagoa de contenção de efluentes da Prolagos, que está contaminada com lodo formado pelo efluente tratado em nível ineficaz, e que contamina, por sua vez, o canal da Marina e o mar. Disse que tem provas que desmentem as duas teses apresentadas pela concessionária: que o esgoto jogado ali viria de Cem Braças e que o solo do local é turfo. Disse também que na sua opinião se deveria fazer um Plano de Recuperação da área degradada, incluindo a retirada do lodo, assim que a nova estação estiver funcionando e que a Prolagos deveria ser responsabilizada financeiramente, com auxílio do Ministério Público ou outro tipo de ação. A ouvinte Anna Roberta informou que existe um pedido de inclusão daquela área nos domínios do Parque Costa do Sol, feito pelo Consórcio Lagos-São João justamente por causa da relevância ambiental daquele trecho na preservação da bacia hidrográfica, e pediu que o conselho enviasse uma carta ao CLSJ pedindo informações sobre esta proposta de inclusão. O conselheiro Hector Sirera questionou quem são os representantes buzianos no CLSJ e também no Comitê Lagos-São João, o que ninguém pôde responder. Então sugeriu-se também um ofício a ambos questionando quem são os nossos representantes e mais atenção à escolha dos próximos representantes. A conselheira Beth pediu a palavra para demonstrar sua preocupação com a aprovação de um projeto de construção na área do golfe (Marina Porto Búzios), que prevê a abertura de canais ligados ao mar; já que isto poderia impactar na qualidade do solo da terra dos quilombolas que são vizinhas. A conselheira Mônica Casarin disse que este tema é tão importante que deveria ser incluída na pauta da próxima reunião, o que foi aprovado por todos os presentes. A ouvinte Anna Roberta pediu a palavra novamente para solicitar que todas as aprovações de estacionamentos, públicos ou privados, no município deveriam passar pela análise do CMMA, já que existe uma ação criminosa em curso na Região para a instalação de estacionamentos em área de proteção. O ouvinte vereador Niltinho de Beloca pediu a palavra para tratar de três assuntos, primeiro que havia questionado a Prolagos sobre a possibilidade de utilização do efluente-tratado da concessionária para a irrigação de plantações, e foi informado que não existe legislação no Brasil que permita este uso; o que causou surpresa nos presentes. O



**PREFEITURA DA CIDADE DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E PESCA**  
**CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**

segundo ponto foi o questionamento à Prolagos sobre a existência de metais pesados na lagoa de contenção de efluentes, o que foi negado por eles. O secretário de Meio Ambiente e o de Saneamento confirmaram não haver. Outro assunto levado pelo vereador foi a descoberta de um projeto em curso no município, chamado 'Multipesca', sendo conduzido por instituição de ensino de Macaé que está recolhendo amostras nas praias e costões, sem autorização do poder público, o que demonstra a inexistência de um controle municipal sobre as atividades realizadas no Município. O presidente tomou a palavra para pedir uma definição sobre as medidas que serão tomadas por este conselho em relação à poluição da lagoa de contenção de efluentes da Prolagos. Foi sugerido que antes de qualquer medida judicial, deve-se colher mais informações sobre o assunto, visitando a ETE e ouvindo a Prolagos. Ficou decidido então, que nos próximos dias o CMMA irá enviar um pedido à Prolagos para uma visita à ETE de São José e marcando uma reunião para o mês de dezembro. **4) Mangue de Pedra - caminhos para a preservação** – O presidente iniciou o assunto lembrando que desde 2015 existe em curso um processo de demarcação da área que irá compor o Parque Municipal do Mangue de Pedras e que a última informação é que esta estaria na mesa do secretário de Desenvolvimento Urbano, mas como ele não está presente na reunião, não teria como se confirmar. A conselheira Mônica Casarin pediu a palavra para contar que recebera uma informação de Monica Werkhauser de que o INEPAC estaria finalizando uma proposta de tombamento como Patrimônio Geológico daquela área do Mangue de Pedra, com base no parecer do Departamento de Geologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e que faltaria somente uma carta do prefeito André Granado fazendo o pedido de tombamento. Iniciou-se uma discussão sobre qual enquadramento seria melhor para o Mangue, se o tombamento ou o Parque. O ouvinte Campolina disse que o tombamento é meramente um título e não a garantia de contenção da ocupação da área. O conselheiro Romero Medeiros concordou que não há garantia de controle, mas que seria uma solução no momento para ganhar fôlego e que o tombamento não impediria a futura transformação da área em Parque. O presidente disse não ter informações suficientes para entender o que representa o tombamento e pediu vista no parecer do Departamento de Geologia da UFRJ. Decidiu-se então, que a secretaria Casarin irá enviar uma cópia digitalizada para todos os conselheiros e que o tombamento seria votado na reunião de dezembro. O ouvinte Eduardo Moreira propôs pedir a inclusão da criação da Unidade de Conservação Mangue de Pedras no SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), o que foi aprovado por todos os presentes. A conselheira Denise Morand pediu para se propor a criação de uma força tarefa encarregada de fiscalizar os estacionamentos irregulares, o que foi rejeitado pelos conselheiros. O conselheiro João Rafael Abreu propôs a criação de uma mídia eletrônica do CMMA para divulgar os trabalhos e foi esclarecido que as conselheiras Mônica Casarin e Patrícia Prado já estão desenvolvendo a criação de um blog.

Nada mais havendo a ser tratado, a reunião deu-se por encerrada às 10:45 hs, da qual foi lavrada a presente ata por Mônica Casarin Fernandes Elsen, e que vai assinada por mim e pelo presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente.

  
Rodolpho D. Perissé Moreira - Presidente

  
Mônica Casarin F. Elsen - Secretária executiva